

## Ecofeminismo em negócios sociais: explorando diferenças na cadeia

Carlos Roberto Oliveira de Araújo y Maria de Lurdes Costa Domingos (\*)  
Universidade Veiga de Almeida

Actas de Diseño (2022, octubre),  
Vol. 41, pp. 130-136. ISSN 1850-2032.  
Fecha de recepción: julio 2021  
Fecha de aceptación: diciembre 2021  
Versión final: octubre 2022

**Resumo:** Observando-se as potencialidades da cadeia produtiva do babaçu e do licuri na caatinga baiana, o objetivo deste trabalho é discutir a relação entre ecofeminismo e negócios sociais, observando atividades de grupos comunitários distintos com produtos e sub-produtos dos cocos licuri e babaçu. Considerando uma proposta bioecológica do desenvolvimento humano e não humano como parâmetro teórico, destaca-se a importância de priorizar uma cosmovisão ecológica na condução de trabalhos essencialmente respeitosos com a vida. Esta pesquisa, caracterizada como pesquisa-ação, em fase exploratória, contou com a observação participante e com rodas de conversa como métodos investigativos. O público-alvo da pesquisa foram quatro comunidades baianas que trabalham com a produção do babaçu e do licuri. Resultados preliminares desta incursão mostram que a exploração de produtos do bioma da caatinga baiana tende a promover o fortalecimento das famílias produtoras locais, alinhadas em certo nível com a perspectiva de negócios sociais. Porém, destaca-se que o grau de autonomia e de produção das comunidades visitadas não é homogêneo. Conclui-se que a valorização das coletoras e das artesãs que vivem dos produtos do bioma da caatinga baiana integra-se numa cadeia de trabalho e de significados cuja investigação precisa ser mais explorada.

**Palavras chave:** Ecofeminismo, Licuri, Babaçu, Ecologia Profunda.

[Resumos em espanhol e inglês e currículo na p. 136]

### Introdução

Petrini, Sherer & Back (2016) observam que os negócios com impacto social são uma alternativa aos modelos tradicionais de mercado, posto que estão em busca do desenvolvimento sustentável. Os autores fundamentam distinções conceituais, destacando diferenças na concepção europeia (empresa social), americana (negócio social) e dos países em desenvolvimento (negócios inclusivos), com a particularidade de, no Brasil, negócios inclusivos ser uma subcategoria de negócios sociais. Posto isto, assume-se neste texto o conceito de negócios sociais, relevando-se uma preocupação central com a redução da pobreza e a inclusão social numa perspectiva de longo prazo. Os autores afirmam que a inovação prevista na execução de negócios sociais tem como finalidade, para além da viabilidade financeira, a geração de valor ambiental e social dos envolvidos da cadeia produtiva. Isto significa também que os objetivos sociais a ser alcançados por projetos nesta direção devem se inspirar na sustentabilidade, cobrindo os custos de operação, com os lucros excedentes reinvestidos no próprio negócio e gerando bem-estar e inovação continuamente, e para todos, a longo prazo. Além disso, a articulação entre inovação e desenvolvimento local através dos negócios sociais, na perspectiva de Nascimento et al. (2012), considera uma relação que contribui positivamente para a melhoria de uma comunidade e sua região, principalmente quando se dá a criação de novas oportunidades, novos produtos, novos processos e novos mercados, sendo uma estratégia inovadora para o crescimento descentralizado dos grandes polos econômicos.

No entanto, se os negócios sociais são uma fonte de valorização cultural, a preocupação com a perda de iden-

tidade comunitária neste processo também está presente. Neste sentido, Bestetti & Mourad (2018) alertam para a importância de preservar as características que definem um território, através da valorização da dinâmica econômica e do fortalecimento da identidade cultural local, para que não se descaracterizem as particularidades de uma região com “novas identidades”, em geral externas e percebidas como melhores. A prevalência do econômico sobre o simbólico é reconhecida pelos autores como um possível problema decorrente do processo de formação do polo da palha do Licuri, nas regiões secas e áridas da Caatinga baiana.

Tal preocupação encontra respaldo na dificuldade de desconstruir a racionalidade econômica que agrava a crise ambiental da atualidade, ao mesmo tempo em que impulsiona a elaboração de práticas sustentáveis mais cuidadosas com a preservação do planeta (KROHLING & SILVA, 2019) em crise.

Lovatto et al (2010) dissertam sobre a casuística filosófica da crise ambiental, identificando, como principais causas vários problemas: a redução da natureza à matéria prima; o surgimento de uma civilização científica e tecnológica que se funda sobretudo na perda da ligação ontológica entre sujeito e objeto; as grandes tendências filosóficas do século XX que agiram como empecilho da formação de um acordar, privilegiando a racionalidade instrumental, e, por último, o primado da dimensão econômica intrínseca à economia capitalista industrial ocidental como paradigma para as relações sociais internacionais. Esse processo faz com que apenas um terço da população global consuma mais que os outros dois terços que sobrevivem em condições subumanas.

No enfrentamento deste desequilíbrio, De Almeida (2018) destaca o lugar da mulher na proteção da natureza, observando o avanço de tal articulação como o desmonte de um modelo patriarcal calcado no uso utilitarista do meio ambiente e do papel que ela tem no resgate de uma cosmovisão ecológica, restabelecendo conexões desfeitas entre o meio natural e social.

Para Lovatto et al (2010), antigamente o homem adorava a terra como Mãe generosa, elemento feminino venerado e respeitado como progenitora. Era a época em que reinavam as Deusas e o papel das mulheres tinha destaque. O autor lembra que, na pré-história, homens e mulheres viviam em harmonia. Elas não eram detentoras de mais poder que os homens, pois ambos viviam em regime de complementaridade. Nesse período, época em que a agricultura era a principal atividade da humanidade, acreditava-se que a mulher tinha poderes mágicos, o dom da vida, sua fecundidade levando à fertilidade dos campos. Havia, portanto, uma associação direta entre natureza, mulher e agricultura. Aos poucos esse entendimento sofreu intensas transformações, principalmente devido ao avanço da ciência e ao fortalecimento do modelo patriarcal. Neste contexto, completa Lovatto, o feminino passou a ser considerado inferior, de menor valia, a ser dominado e usufruído.

Fazendo a associação entre a dominação da mulher e da natureza, Araripe (2018) acredita que a compreensão do conceito ecofeminismo seguiu tendências históricas diferentes. A perspectiva clássica, aproximava as mulheres da natureza. A essencialista, colocava-as como vítimas da destruição da natureza. A construtivista, observava a construção histórico-social da relação entre mulher e natureza, afastando-se de explicações inatistas e valorizando as relações sociais e históricas de poder. Para a autora, a responsabilidade das mulheres com a sobrevivência da família, por exemplo, decorre da tradição e da divisão social do trabalho.

Di Ciomo (2003) reforça esta posição, afirmando que as questões de gênero são construídas pela sociedade numa interação de informações entre natureza e cultura.

De Almeida (2018) defende que o ecofeminismo identifica-se com uma visão de mundo mais holística, exigente de uma mudança no modo de pensar, perceber, com adoção de valores menos imediatistas e reducionistas, típicos do capitalismo utilitarista. Para esta autora, as divergências estratégicas afirmadas nas linhas ecofeministas ganham consenso quando as mulheres se unem para preservar o meio ambiente natural e gerar qualidade de vida, humana ou não-humana. Além disso, os ensinamentos e ideais de Bem Viver e Ecofeminismo são comuns, destacando nessa conjugação a resistência contra um modelo de desenvolvimento insustentável que impacta a sobrevivência da vivência comunitária digna. Embora isso nem sempre seja reconhecido, as mulheres teriam um papel importante nesse movimento.

Funari & Pereira (2017) defendem a necessidade de observar as condições concretas e os condicionantes ideológicos que atravessam as questões de gênero porque, ao desconstruí-los, é possível promover a transformação social ecologista e a igualdade de gênero. Em relação à questão ambiental, De Almeida (2018) observa que pro-

blemas ecológicos são complexos, envolvendo situações interdependentes e interligadas a fatores econômicos e de desenvolvimento, que evidenciam processos de opressão sócio-histórica, muitas vezes desiguais.

Além disso, no ecofeminismo também se admite que as mulheres não compõem um grupo homogêneo. Os grupos femininos apresentam diferenças impostas pela divisão de classes, com as mulheres da base da pirâmide social sofrendo mais com a escassez de recursos ambientais, agravado pelo modo predatório da civilização atual. Os movimentos ecofeministas no mundo em geral, e no Brasil em particular, têm unido mulheres em torno de causas ambientalistas como a privação de água, uso indiscriminado de agrotóxicos ou sementes transgênicas, agricultura familiar e extrativismo local, pois elas são as primeiras a ser afetadas quando ocorrem problemas ecológicos. Na América Latina o ecofeminismo está associado à pobreza e à defesa de grupos vulneráveis, que sofrem com a destruição da Natureza: “Na América Latina, particularmente no Chile, Brasil, México, Uruguai, Bolívia, Argentina, Peru e Venezuela [...] o ecofeminismo latino americano se caracteriza por um interesse pelas mulheres pobres, a defesa dos indígenas, vítimas da destruição da Natureza” (LORELEY, 2009, p.14).

Em oposição ao modelo exploratório que torna a Natureza um objeto para usar seus recursos naturais, humanos e não humanos, de maneira predatória, um modelo capaz de proporcionar o desenvolvimento bioecológico saudável sugere ampliar a relação do indivíduo com os ambientes numa construção de progressiva complexidade, orientada por princípios éticos alicerçados numa cosmovisão ecológica de integração e conexão entre o meio natural e social (LORELEY, 2009). Trata-se, portanto, de perseguir modelos alternativos a propostas que separam o homem da Natureza.

A ecologia profunda, na medida em que sugere a reinterpretção e a recolocação do homem na Natureza, pode ser apontada como alternativa no conjunto de melhorias que se espera ver implementadas no mundo. Nesta perspectiva, a mudança do comportamento humano diante da Natureza está condicionada ao reconhecimento do primeiro como parte integral e indissociável da segunda (LOVATTO et al, 2011). Sem esta reconstituição seria difícil promover a sustentabilidade.

Krohling & Silva (2019) observam que, pelo menos desde meados do século XX, fala-se em sustentabilidade e em desenvolvimento sustentável, em como as sociedades devem se organizar e evoluir sem prejudicar umas às outras e sem impedir que as gerações futuras tenham direito à sobrevivência. Os autores afirmam que estes conceitos são entendidos, em geral, como uma necessidade de preservação dos recursos naturais – não da Natureza em si – para garantir a sobrevivência humana, desconsiderando que a própria Natureza pode ter o direito de sobreviver. A Ecologia profunda adota uma perspectiva ecocêntrica, considerando todos os elementos existentes no planeta Terra como detentores de dignidade e direito de existência, inserindo numa totalidade como sujeitos éticos todas as criaturas viventes.

Com base no exposto, há que se levar em consideração que o ecodesenvolvimento exige que nossas atividades

retomem a integração seres humanos-Natureza. Posto isto, o principal objetivo deste texto é discutir a relação entre ecofeminismo e negócios sociais, observando como distintos grupos comunitários trabalham com os produtos e sub-produtos dos cocos licuri e babaçu.

#### Material e Métodos

Caracterizado como pesquisa-ação, este trabalho apresenta dados sobre a fase exploratória em que se encontra o delineamento do estudo proposto. Para Martins & Theóphilo (2016) esta modalidade de pesquisa tem sido associada à investigação participante com o propósito de agir de forma planejada sobre os problemas, com os atores sociais envolvidos participando ativamente na elucidação da realidade em que estão inseridos. Estima-se, nesta proposta, não só identificar os problemas, mas também envolver os pesquisadores na experimentação das soluções em situações reais. Os autores observam quatro grandes fases deste trabalho, são elas: exploratória, pesquisa aprofundada, ação e avaliação. O texto aqui apresentado encontra-se na primeira fase, a exploratória, onde se dão as discussões em grupo com membros do campo com a finalidade de identificar um problema. As discussões, é importante observar, podem ser simples conversas ou prolongar-se em entrevistas, individuais ou coletivas. Neste caso, foram priorizadas a observação participante e rodas de conversa como métodos investigativos. O primeiro porque proporciona ao pesquisador fugir de ambientes artificiais, e, imerso no campo de trabalho, ele pode identificar mais facilmente o simbolismo dos comportamentos não manifestos. O segundo, devido à ênfase dada ao diálogo para coletar dados e à memória como matéria-prima despertada pela conversa com os pares (MOURA & LIMA, 2014). No caso aqui relatado, as questões norteadoras das rodas de conversa foram perguntas abertas direcionadas para duas grandes áreas associadas aos produtos e sub-produtos do licuri e do babaçu: relações de trabalho e geração de renda. Nas próximas etapas da pesquisa estão previstos seminários entre pesquisador e pesquisados para entendimento dos dados e direcionamento da investigação (aprofundamento), difusão dos resultados e sua discussão com cada grupo participante (ação) e avaliação de ações implementadas pelos grupos com fins de verificar pontos estratégicos, mobilização, geração de propostas e conhecimentos, avanços do projeto e qualidade do trabalho (avaliação) (MARTINS & THEÓPHILO, 2016).

#### Caracterização da Amostra da Pesquisa

A amostra desta investigação contou com a participação de quatro comunidades, sendo três da Mesoregião do Centro Norte Bahiano, mais especificamente os municípios de Caldeirão Grande, Serra da Carinaíba e Caém, todas na Microregião de Jacobina, e uma da Microregião de Senhor do Bonfim, a comunidade de Itiúba. Quanto à localização, à densidade demográfica, ao índice de desenvolvimento humano (IDH), distribuição de renda e fator trabalho, os participantes apresentam o seguinte perfil:

a) Caldeirão Grande está a 430 metros de altitude e tem como coordenadas geográficas, latitude 11° 0' 32" Sul e

Longitude, 40° 18' 7" Oeste. (CIDADE-BRASIL, 2019) O município se estende por 455,2 km<sup>2</sup>, com 12.491 habitantes, segundo censo de 2010. O IDHM da região (0,573) é inferior ao da Bahia (0,660) e ao do Brasil (0,727). A renda per capita média do município cresceu 97,64% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 106,89, em 1991, para R\$ 122,43, em 2000, e para R\$ 211,26, em 2010. A taxa média anual de crescimento nesse período foi de 3,65%. Especificamente, a taxa média anual de crescimento foi de 1,52%, entre 1991 e 2000, e 5,61%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 81,21%, em 1991, para 73,90%, em 2000 e para 52,34%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses períodos, tomando como base o Índice de Gini, passou de 0,44, em 1991, para 0,61, em 2000, e para 0,55, em 2010. Quando se compara os indicadores referentes a indivíduos extremamente pobres das realidades municipais, estaduais e nacionais a situação desta região é negativa: respectivamente 52,34% em Caldeirão Grande, 28,72% na Bahia e 15,20% no Brasil. Em relação ao indicador Trabalho, destaca-se que entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (população economicamente ativa) passou de 57,09% em 2000 para 65,30% em 2010. Simultaneamente, a taxa de desocupação (população economicamente ativa desocupada) passou de 12,93% em 2000 para 8,65% em 2010. (ATLAS BRASIL, 2013).

b) Campo Formoso faz parte, junto com o município de Pindobaçu, da Serra da Carinaíba. O município de Campo Formoso se estende por 7 258,6 km<sup>2</sup> e contava com 66 616 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 9,2 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município. Situado a 552 metros de altitude, as coordenadas geográficas municipais são latitude 10°30'41" sul e longitude 40°19'21" oeste (CIDADE-BRASIL, 2019); Com base em dados do Censo de 2010, o IDHM de Campo Formoso foi considerado baixo (0,586), ocupando a 4495ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros. Do escore alcançado, a dimensão que mais contribuiu com seu IDHM foi Longevidade, com índice de 0,749, seguida de Renda, com índice de 0,566, e de Educação, com índice de 0,475. A renda per capita média local cresceu 156,58% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 105,25, em 1991, para R\$ 178,76, em 2000, e para R\$ 270,05, em 2010, uma taxa média anual de crescimento nesse período de 5,08%. A taxa média anual de crescimento foi de 6,06%, entre 1991 e 2000, e 4,21%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 83,55%, em 1991, para 65,17%, em 2000, e para 46,53%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nos períodos, Índice de Gini, passou de 0,57, em 1991, para 0,63, em 2000, e para 0,57, em 2010. No quesito trabalho, entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (percentual da população economicamente ativa) passou de 60,65% em 2000 para 65,03% em 2010. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação (referente ao percentual da população economicamente ativa desocupada) passou de 10,53% em 2000 para 7,89% em 2010. (ATLAS BRASIL, 2013).

c) Caém é um município situado a 549 metros de alti-

tude, cujas coordenadas geográficas são Latitude: 11° 5' 11" Sul e Longitude: 40° 25' 13" Oeste. Com 548,2 km<sup>2</sup>, o município contava com 10.368 habitantes e densidade demográfica de 18,9 habitantes por km<sup>2</sup> no censo de 2010 (CIDADE-BRASIL, 2019). Caém registrou, em 2010, um IDHM de 0,546. As dimensões que mais contribuíram para este índice foram Longevidade, com índice de 0,701, seguida de Renda, com índice de 0,535, e de Educação, com índice de 0,434. Estes índices colocam Caém na 5253ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros. A renda per capita média do município cresceu 168,86% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 83,12, em 1991, para R\$ 121,08, em 2000, e para R\$ 223,48, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 5,34%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,27%, entre 1991 e 2000, e 6,32%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 85,84%, em 1991, para 70,39%, em 2000, e para 49,42%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos, segundo o Índice de Gini, passou de 0,45, em 1991, para 0,57, em 2000, e para 0,54, em 2010. (ATLAS BRASIL, 2013).

d) O município de Itiúba se estende por 1 722,7 km<sup>2</sup> e contava com 36 113 habitantes no último censo, ocorrido em 2010. A densidade demográfica é de 21 habitantes por km<sup>2</sup>. Situado a 570 metros de altitude, Itiúba apresenta as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 10° 40' 38" Sul, Longitude: 39° 51' 18" Oeste (CIDADE-BRASIL, 2019). Segundo dados do Atlas Brasil (2013) o IDH deste município foi definido em 0,544, em 2010. A dimensão que mais contribuiu para este resultado foi Longevidade, com índice de 0,775, seguido de Renda, com índice de 0,521 e Educação, com índice de 0,398. A renda per capita média de Itiúba cresceu 75,34% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 117,02, em 1991, para R\$ 136,12, em 2000, e para R\$ 205,18, em 2010. A taxa média anual de crescimento nesse período foi de 3,00%. Especificamente, este índice foi de 1,69%, entre 1991 e 2000 e 4,19%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (preços de agosto de 2010), passou de 78,87%, em 1991, para 71,32%, em 2000, e para 54,50%, em 2010. A desigualdade de renda nesses períodos, observando-se o Índice de Gini, passou de 0,51, em 1991, para 0,63, em 2000, e para 0,56, em 2010.

### **Licuri e Babaçu: matriz para negócios sociais**

Destaca-se que em cada um dos territórios de Caldeirão Grande, Campo Formoso, Caém e Itiúba foi visitado um ator social. O critério de escolha dos participantes foi o trabalho com produtos e subprodutos do licurizeiro ou do babaçu e deles resulta parte da geração de renda destas comunidades. Atendendo a este critério, o Quilombo de Raposa em Caldeirão Grande, o grupo de Jirau, localizado em Caém e as Artesãs de Itiúba, em Itiúba trabalham com o coco e derivados do licurizeiro. Diferente deles, a Associação de Serra da Carnaíba, em Campo Formoso, dedica-se a produzir derivados do coco do babaçu.

Bestetti & Mourad (2018) observam que a palmeira do Licuri, também conhecida como palmeira sertaneja é encontrada especialmente nas regiões secas e áridas da Caatinga. O licurizeiro sofre forte pressão das atividades humanas, como o desmatamento, as queimadas, a mineração e a pecuária. É utilizado de forma extrativista, sendo seus frutos usados para alimentação animal e humana e as folhas na produção de artesanato. O extrativismo não florestal do licuri é uma das alternativas para geração de renda dos moradores do semiárido, além de representar uma fonte alternativa de nutrição imprescindível para estes grupos. Além disso, seu uso já é parte do contexto cultural da região, sendo usado em larga escala pelas populações rurais para a confecção de vassouras, esteiras, cestas, balaios e bolsas utilitárias para o trabalho no campo. As fibras para uso na atividade artesanal são retiradas das folhas, orientadas por planos de manejo, e podem ser desfibradas para confecção de cestas, tecidas com o auxílio de uma agulha, ou apenas destaladas e secas, sendo trançadas.

O babaçu também é reconhecido como meio de subsistência das famílias extrativistas e para a economia do país. Segundo Porro (2019) ele foi considerado o segundo produto florestal não madeireiro no país, após o açaí, até 2011. O fruto também foi a matéria-prima de boa parte do óleo industrializado das cozinhas do Meio-Norte brasileiro até ser substituído, nos anos 70, por óleos não saturados e com menor custo de produção, como o óleo de soja, por exemplo. Carvalho & Macedo (2019) destacam o valor do babaçu para a alimentação e para medicina popular, mas também na confecção de materiais de limpeza, cosméticos e artesanato. Destaca-se assim, conforme expressam os autores, como fonte de emprego e renda familiar, principalmente para aquelas famílias com elevado índice de vulnerabilidade social, em geral com problemas de saúde e vivendo em moradias precárias.

### **Ecofeminismo: o conhecimento de grupos heterogêneos**

As práticas de trabalho das quatro comunidades participantes desta pesquisa são majoritariamente femininas entre os grupos visitados, tanto naqueles cuja subsistência é derivada do licuri, quanto nos que vivem do babaçu. No que tange à expressão “negócios sociais”, nenhuma das participantes adota esta nomenclatura, porém podemos afirmar que as atividades que desenvolvem se encaixam nesta categoria, pois o manejo destes produtos contribui para a melhoria da comunidade e da região (NASCIMENTO et al, 2012).

Na consideração da abertura para promover inovação nos produtos, como característica dos negócios sociais, verificou-se maior comedido da comunidade de Caldeirão Grande e mais ousadia nas comunidades de Campo Formoso, Caém e Itiúba. Sobre este item aparece o sentimento de identificação com a atividade, que remete à própria identidade, necessariamente uma prioridade a ser fortalecida de maneira conjunta com o ofício realizado (BESTETTI & MOURAD, 2018). Diferente dos outros grupos, em Caldeirão Grande, ser quilombola expressa-

-se como identidade marcante, que parece timidamente extensiva à realização de negócios, mesmo aqueles que aqui denominamos sociais. A identificação com o formato típico de negócios está mais presente nos outros grupos, sendo a abertura para a inovação parte deste processo. Em Caém, por exemplo, os produtos do licuri se integram à venda de verduras orgânicas, fortemente associada à agricultura local, característica dos negócios sociais. Sobre isto, Valle (2019) afirma que os vínculos artesanato e a terra representam destrezas de uma pedagogia ecofeminista, pois revelam a variedade epistemológica do mundo e, sobretudo, evidenciam que a vida se rege por obrigações que existem para garantir a dignidade humana de todas/os, umbilicalmente amarrada na sua relação com a terra e com tudo o que ela significa. Nesta integração, a autora entende que as mulheres podem buscar alternativas e soluções para as necessidades e desejos na realidade local, realizando em seus espaços de vida práticas de artesanaria, desde saberes reapropriados, de fortalecimento dos vínculos relacionais à ampliação de atuação-participação das mulheres agricultoras em toda a dimensão de suas atividades. Assim, as práticas de artesanaria e pedagogias ecofeministas vão no contra fluxo tanto do androcentrismo quanto do antropocentrismo do pensamento racional moderno, instrumentalizado pelo regime do capital financeiro global.

Por outro lado, em Campo Formoso verificou-se a entrada de elementos típicos da automação do capitalismo tradicional, com a recente adoção de maquinário para separar automaticamente as partes do coco do babaçu. A casca é comercializada como biomassa, as amêndoas moídas transformam-se em farinha e o óleo vendido puro ou convertido em sabão e cosméticos. Neste processo, há que se atentar para a importância de fortalecer a conexão do grupo com a natureza para não se cair num processo típico de industrialização exploratória e reducionista, sem cuidados com o meio natural (KROHLING & SILVA, 2019). Finalmente, em Itiúba, foi possível observar um grupo fortemente identificado com artesanato desenvolvido a partir das folhas do licuri. Cestas, bolsas, porta-copos, centros de mesa e outras peças trançadas pelas mulheres da associação rendem o dinheiro para sua subsistência e já definem uma marca reconhecida pelo mercado como característica delas. Processa-se aqui um trabalho cuja atividade já expressa uma identidade do grupo (BESSETTI & MOURAD, 2018), observado não só na própria organização do processo produtivo, mas também no auto-reconhecimento como marca dos produtos executados e abertura para processos de inovação.

## Resultados e Discussão

Os dados preliminares levantados por esta pesquisa mostram que a exploração de produtos do bioma da caatinga baiana tende a promover o fortalecimento das famílias produtoras locais de maneira distinta, mas alinhando a iniciativa delas à proposta de negócios sociais para reduzir a situação de pobreza e promover a preservação ambiental e a inclusão social (PETRINI, SHERER & BACK, 2016). Constituída por artesãs, predominantemente mu-

lheres, dedicadas ao manejo de produtos extraídos das palmeiras do Licuri e do Babaçu, elas podem facilmente se identificar com o movimento ecofeminista, afetado pela conservação e pela destruição da Natureza (LORELEY, 2009). Ao contar histórias de sobrevivência, de resistência, de geração de renda e de amizade associadas ao trabalho com o Licuri ou com o Babaçu, suas vidas se misturam com os tempos e movimentos da vida que flui no bioma da caatinga.

Merece destaque a importância dada por Nascimento et al (2012) à positividade dos negócios sociais para gerar novas oportunidades, produtos, processos e mercados, com esta inovação promovendo um crescimento descentralizado fora dos megacentros urbanos. Foi possível perceber a vontade de agregar novas ideias e produtos, com distinção entre os grupos, até porque eles são heterogêneos: as quilombolas de Caldeirão Grande têm uma produção interna, mais artesanal; o grupo de Caém, com foco na agricultura rural, tem maior diversidade de interesses e produtos; a associação de Campo Formoso está num estágio de industrialização produtiva diferenciado, com suas máquinas para separar e quebrar o coco do babaçu; o grupo de Itiúba, especializou-se no artesanato com a palha do licuri e já se identifica como marca nessa área. Esta diferenciação faz pensar sobre que tipo de inovação seria efetivamente ecodesenvolvimento para cada grupo investigado. Isto toca em outra questão, colocada por Nascimento et al. (2012), que trata do crescimento descentralizado associado à expansão dos negócios sociais. A oportunidade de trabalho e a geração de renda são fatores relevantes para fixar as pessoas à Terra. A atração pelos centros urbanos foi bastante comentada nas rodas de conversa promovida nesta fase exploratória, especialmente referida aos jovens que não tem oportunidade de trabalho na sua região ou não desejam seguir as atividades dos pais. Este ponto também é comentado por Porro (2019) ao observar a redução do número de mulheres jovens dedicadas à quebra do coco devido às condições penosas neste processo e à baixa rentabilidade do trabalho realizado.

A relação entre ecofeminismo e a terra apareceu de maneira mais evidente entre o grupo quilombola e o de Caém, neste inclusive casos de pessoas que voltaram à região depois de tentar a vida na cidade grande. Em Campo Formoso foi ao contrário, o pertencimento identificado como “forasteiro”. A maioria é imigrante. A pessoa chegou sozinha ou com a família, atraída pelo extrativismo de esmeraldas de Serra da Carnaíba. Enquanto os maridos seguem a vida no garimpo, elas se dedicam ao Babaçu: extraem óleo, vendem as cascas do babaçu para biomassa, fazem farinha que usam na gastronomia e trabalham, em menor escala, com a palha, produzindo artesanato. Em Itiúba, as mulheres trançam histórias de vida em cestas e balaies, contam que aprenderam a técnica com uma índia que viveu na região anos atrás, passam a arte umas às outras, mas também se queixam da renovação do grupo, com as jovens distantes do artesanato.

Destaca-se, com isto, que o ecofeminismo está presente nos negócios sociais observados e que esta relação tem forte associação com a sustentabilidade. Conforme observado por Lovatto et al. (2010) o incentivo à susten-

tabilidade tem relação intrínseca com as mulheres à agricultura e ao artesanato, e a valorização de suas atividades pode ser reconhecido como um agente transformador de respeito ao equilíbrio da natureza. Por outro lado, os dados também sugerem que é importante entender que na associação entre ecofeminismo e negócios sociais há que se identificar particularidades. Em comum, nos grupos aqui apresentados pode-se registrar diferenças históricas, raciais, culturais, sociais e econômicas que aparecem como identidade nas canções quilombolas, nas lutas feministas de Caém, nos litros de óleo vendidos para todo o país quando as “forasteiras” saudosas de casa saem de Campo Formoso e nas conversas religiosas em Itúba. Estas diferenças registram diferentes graus de autonomia das comunidades visitadas, observado como um movimento não homogêneo.

## Conclusão

Destacamos neste estudo a importância de relacionar o ecofeminismo ao desenvolvimento de negócios sociais, para identificar como as mulheres que trabalham com produtos da cadeia produtiva do babaçu e do licuri se percebem quanto ao grau de identificação com as atividades desenvolvidas e com seu papel ecológico. Ainda em fase exploratória, os dados não foram suficientes para verificar o grau de consciência dos grupos acerca de seu valor para a ecologia, mas foi possível ver que não são grupos homogêneos. Embora as atividades que desenvolvem tragam a convivência com a terra, a compreensão de uma cadeia de produtos, o contato com os movimentos e tempos da natureza para executar seu trabalho, as comunidades investigadas são atravessadas pelas mazelas de um contexto macrosistêmico tipicamente capitalista: a cultura de exploração dos recursos naturais com desvalorização do trabalho realizado por artesãs locais; segmentação de produtos integrados em uma cadeia produtiva mais ampla por vezes descontextualizada; homogeneização política e cultural da vida rural, são alguns destes processos. Com exceções, estas manifestações são limitantes e por vezes desdobram-se em êxodo rural, dificuldade para envolver os jovens no trabalho dos pais, admiração exacerbada pela vida cosmopolita, valorização de hábitos tipicamente urbanos entre outros elementos.

Esta pesquisa-ação foi marcada por rodas de conversa e isso permitiu levantar intrincadas questões culturais, de gênero, raça e geração de renda nas diferentes comunidades que vivem da cadeia produtiva do babaçu e do licuri de maneira mais sutil. As atividades com estes produtos são realizadas com mão-de-obra predominantemente feminina e tendem a reproduzir a dinâmica de exploração e dominação histórica do sistema patriarcal-capitalista tradicional. Porém, também foram reconhecidas resistências a este processo, presente principalmente no grupo feminista, com mulheres engajadas em lutas sociais, de raça, gênero e de direitos, contra a violência e o uso de agrotóxicos, tão radicalizados pelo capitalismo exploratório e ávido pelo consumo em massa.

Conclui-se que o ecofeminismo pode ser trabalhado através da valorização das coletoras e das artesãs que

vivem dos produtos do bioma da caatinga baiana e que seu trabalho engloba princípios de negócios sociais, mas cujos significados ainda não estão bem definidos. Mais esclarecimentos exigem o avanço para as outras fases da pesquisa-ação: pesquisa aprofundada, ação e avaliação são sugeridas para entender melhor o contexto foco deste trabalho.

## Referências

- Araripe, T.A.F. (2018). *Direitos de Pachamama e Direitos Humanos. 1ª ed. Fortaleza*. Ed. Mucuripe.
- ATLAS BRASIL. (2013). *Atlas do Desenvolvimento Humano*. Disponível em <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>, acesso em 12 set. 2019.
- Bestetti, M.; Mourad, N. N. (2018). *Polo da palha do licuri: uma proposta de desenvolvimento territorial baseado na atividade cultural*. Universidade Católica do Salvador; Anais da 21ª Semana de Mobilização Científica- SEMOC.
- Carvalho, A. V.; Macedo, J. P. (2019). *As guerreiras do babaçu: Mulheres quebradeiras de coco em movimento*. *Estud. pesqui. psicol.* Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 406-426.
- de Almeida, D. E. (2018). *Ecofeminismo para Transformações no Mundo do Trabalho. Caderno Humanidades em Perspectivas - I Simpósio de Pesquisa Social e I Encontro de Pesquisadores em Serviço Social - Edição Especial Julho*. Disponível em <<https://www.uninter.com/cadernosuninter/index.php/humanidades/article/view/827/635>>, acesso em 05 set. 2019;
- Cidade-Brasil, *Ministério do Desenvolvimento*. Disponível em <<https://www.cidade-brasil.com.br/>>.
- Funari, J.N.; Pereira, M.C.B. (2017). Caminhos das águas no sertão do Pajeú: Contribuições e lutas das mulheres camponesas na construção de uma convivência transformadora com semiárido. *Revista Pegada – vol. 18 n.3, Set-Dez.* p. 124-152. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5363/4175>>, acesso em 03 set. 2019;
- Krohling, A.; Silva, T. M. (2019). *Um repensar ético sobre a sustentabilidade à luz da ecologia profunda*. *Redes: R. Eletr. Dir. Soc., Canoas*, v. 7, n. 1, p. 45-60.
- Garcia, L. (2009). *A Relação Mulher e Natureza: laços e nós enredados na teia da vida*. *Gaia Scientia*. 3(1): 11 – 16.
- Lovatto, P.; Cruz, P. P.; Mauch, C. R.; Bezerra, A. A. (2010). *Gênero. Sustentabilidade e desenvolvimento: Uma análise sobre o papel da mulher na agricultura familiar de base ecológica*. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, p. 191 - 212, maio/ago.
- Lovatto, P. B.; Altenburg, S. N.; Casalinho, H.; Lobo, A. A. (2011). *Ecologia Profunda: O despertar para uma educação ambiental complexa*. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 122 – 137, set/dez.
- Martins, G. de A. e Theóphilo, C. R. (2016). *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. 3ª ed. São Paulo: Atlas..
- Moura, A.B. F.; Lima, M. da G. S. B. (2014). *A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível*. *Ver. Interfaces da Educação*. Paranaíba. V.5, n.15, p. 24-35.
- Nascimento, C. et al. (2012). Inovação no desenvolvimento local através de negócios sociais. *Revista Pensamento & Realidade*. Ano XV – v. 27 n° 3.
- Petrini, M.; Scherer, P.; Back, L. (2016). Modelo de negócios com impacto social. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, vol. 56, núm. 2, março-abril, pp. 209 -225. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil.

Porro, R. (2019). *A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas*; *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 14, n. 1, p. 169-188, jan.-abr.

Valle, L. de P. (2019). Reflexões sobre práticas de artesanía, ecofeminismo e pedagogía ambiental. Por uma política de natureza humana e não humana. Centro de Estudos Sociais - CES, Universidade de Coimbra. *Revista de Filosofia y Educación* / ISSN 2525-2089 / Vol. 4.

**Abstract:** Observing the potentialities of the productive chain of babassu and licuri in Bahia's caatinga, the objective of this work is to discuss the relationship between ecofeminism and social business, observing the activities of distinct community groups with products and by-products of the licuri and babassu coconuts. Considering a bio-ecological proposal of human and non-human development as a theoretical parameter, it highlights the importance of prioritizing an ecological worldview in conducting work that is essentially respectful of life. This research, characterized as action research, in an exploratory phase, relied on participant observation and conversation wheels as investigative methods. The target audience was four communities in Bahia that work with babassu and licuri production. Preliminary results of this incursion show that the exploitation of products from the Bahian caatinga biome tends to promote the strengthening of local producing families, aligned at some level with the perspective of social businesses. However, it is noteworthy that the degree of autonomy and production of the visited communities is not homogeneous. We conclude that the valorization of the collectors and artisans who live off the products of the Bahian caatinga biome is part of a chain of work and meanings whose investigation needs to be further explored.

**Keywords:** Ecofeminism - Licuri - Babassu - Deep Ecology.

**Resumen:** Observando las potencialidades de la cadena productiva del babassu y del licuri en la caatinga de Bahía, el objetivo de este trabajo es discutir la relación entre ecofeminismo y negocio social, observando las actividades de distintos grupos comunitarios con

los productos y subproductos de los cocos licuri y babassu. Considerando como parámetro teórico una propuesta bioecológica del desarrollo humano y no humano, destaca la importancia de priorizar una cosmovisión ecológica en la realización de un trabajo esencialmente respetuoso con la vida. Esta investigación, caracterizada como investigación-acción, en una fase exploratoria, se basó en la observación participante y los círculos de conversación como métodos de investigación. El público objetivo de la investigación fueron cuatro comunidades de Bahía que trabajan con la producción de babassu y licuri. Los resultados preliminares de esta incursión muestran que la explotación de productos del bioma de la caatinga bahiana tiende a promover el fortalecimiento de las familias productoras locales, alineadas en cierto nivel con la perspectiva de los negocios sociales. Sin embargo, hay que señalar que el grado de autonomía y producción de las comunidades visitadas no es homogéneo. Concluimos que la valorización de los recolectores y artesanos que viven de los productos del bioma de la caatinga bahiana forma parte de una cadena de trabajo y significados cuya investigación debe ser profundizada.

**Palabras clave:** Ecofeminismo - Licuri - Babassu - Ecología profunda.

(\*) **Carlos Roberto Oliveira de Araújo:** Mestre em Ciências do Meio Ambiente (UVA), Pós-graduado em Figurino e Carnaval (UVA), MBA em História da Arte e MBA em Comunicação e Semiótica (Estácio de Sá), graduado em Tecnologia em Produção do Vestuário (SENAI/Cetiqt). Carnavalesco do GRCESMirim Nova Geração do Estácio de Sá. Escritor, autor dos livros *Modelando moda praia: técnica das três linhas*, 2016; *Modelando Moda praia infantil*, editora, 2018; *Modelando Carnaval* (2020), e-book ilustrado *Filhos da Terra contra o Mister Poluição, a Nova Geração vai te dar uma lição*, (2020), *Modelando moda praia masculina* (2020). Email: croamodelagem45@gmail.com.  
**Maria de Lurdes Costa Domingos:** Psicóloga, Doutora em Psicologia Social - UERJ. Professora da UNIFASE/FMP (Centro Universitário Arthur Sá Earp Neto) e do LATEC/UFF (Laboratório de Tecnologia e Gestão de Negócios da Escola de Engenharia da UFF).